

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 29

15 de outubro de 2020

(17:00 h – 19:14 h)

Ordem do dia:

Audição do Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra, Cónego
Dr. Luís Miguel Baptista Costa

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Paulo Leitão (PSD)
Ricardo Vicente (BE)
João Dias (PCP)
Eurídice Pereira (PS)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, embora seja um pouco mais tarde, estão reunidas as condições para que a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na

Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior possa reunir.

Eram 17 horas e 19 minutos.

A reunião de hoje destina-se à audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, do Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra, o Sr. Cónego Luís Oliveira Baptista Costa, a quem saúdo e agradeço a presença na nossa Comissão e no Parlamento. O Sr. Cónego referiu-me que era a primeira vez que aqui estava, pelo que espero que seja a primeira de muitas, mas por motivos mais positivos do que este, embora seja também, deixe-me dizer-lhe, muito importante estarmos aqui hoje para falar deste assunto, que a todos nós motiva e preocupa.

Srs. Deputados, fazendo uma resenha rápida do modelo de audição a que estamos sujeitos, não para os Srs. Deputados, certamente, mas para o nosso depoente, diria que parte de uma primeira ronda com oito minutos para cada grupo parlamentar, na forma de pergunta/resposta imediata, seguindo-se uma potencial segunda ronda com intervenções seguidas de cinco minutos e com resposta conjunta, no final. Se assim for entendido pelos Srs. Deputados, haverá, uma terceira ronda dispondo cada grupo parlamentar de três minutos e, ainda, a possibilidade de cada um dos Srs. Deputados usar da palavra, por dois minutos, a título pessoal.

Assim sendo, e como também está prevista uma intervenção inicial do nosso depoente, se assim o entender, para enquadrar a sua presença aqui, começaria por lhe perguntar se pretende usar da palavra ou se podemos dar início, de imediato, à sua audição.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa** (Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra): — Não pretendo usar da palavra, se não para vos

saudar e agradecer a oportunidade de estar aqui na Assembleia da República e disponibilizar-me, desde já, para, dentro do que estiver ao meu alcance, esclarecer os presentes sobre aquilo que for questionado.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, a presença do Sr. Dr. Luís Miguel foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP, pelo que as perguntas serão iniciadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela ordem de inquirição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Luís Miguel Baptista Costa e agradecer a sua disponibilidade e presença hoje nesta Comissão.

Antes de iniciar a nossa ronda de questões, permita-me salientar o papel humanitário de instituições como a Cáritas Diocesana de Coimbra, principalmente na sequência da grave tragédia dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, que deixaram uma enorme perda ao nível da floresta, de propriedades agrícolas, infraestruturas, empresas, habitações e, principalmente, em termos de vidas humanas.

Recordo que o objeto da presente Comissão prende-se com o apuramento das responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios ocorridos, não no sentido de transformar vítimas em criminosos, como já ouvi várias vezes nesta Comissão, mas sim para garantir que as vítimas não são duplamente vítimas, ou seja, vítimas da grave tragédia dos incêndios e vítimas da incorreta da gestão dos apoios e da ajuda humanitária.

Recordo, apenas, que, de acordo com as recomendações internacionais no âmbito ajuda humanitária, o Estado deve organizar e coordenar a ajuda envolvendo organizações não governamentais, sociedade civil e organizações intergovernamentais. Também devem ser instituídos sistemas

de controlo que previnam as situações de fraude e corrupção, garantindo a divulgação pública dos resultados.

A Cáritas, segundo o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, teve a seu cargo a reconstrução parcial de 16 habitações, num total de 17 habitação, e a aquisição de duas habitações.

Pergunto-lhe como decorreu este processo, quem selecionou estas casas e como se procedeu ao processo de seleção das casas intervencionadas pela Cáritas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Cónego Luís Oliveira Baptista Costa.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Muito boa tarde, Sr. Deputado Paulo Leitão.

Para poder responder a essa questão terei de fazer um discurso um bocadinho anterior: a Cáritas de Coimbra esteve juntamente com a Cáritas Portuguesa no primeiro dia dos incêndios, no dia 17 de junho de 2017, e, nesse dia, comprometeu-se com aquelas populações, que, aliás, pertencem à diocese de Coimbra. Como somos uma estrutura que atua no âmbito da diocese de Coimbra a intervenção junto daquelas populações era um compromisso nosso — ainda não sabíamos como ia ser realizada, mas era um compromisso nosso.

Nos dias seguintes ao termo dos incêndios, começámos por intervir, como está no nosso relatório, penso que enviado para esta Comissão há uns meses, definindo, desde logo, três fases: a fase de emergência, a fase de apoio e, depois, uma eventual fase de reconstrução — penso que é esta fase que o Sr. Deputado pretende perceber —, que teve dois grandes momentos.

O primeiro momento, consistiu numa auscultação no terreno a partir

de algumas situações identificadas pelas câmaras municipais, principalmente aquelas que diziam respeito a danos parciais, pequenos danos nas habitações que não impediam que as pessoas ali permanecessem, mas em que, de alguma forma, havia uma afetação pela passagem dos incêndios.

Nesse pressuposto, a Cáritas fez, a partir da lista enviada por cada uma das câmaras, a visita ao terreno, porque pretendia não só perceber se os casos indicados eram verdadeiros e correspondiam a habitações permanentes, porque essa era uma das questões levantadas, desde logo, nos nossos critérios, mas também saber se esses casos podiam caber, ou não, nos apoios que podíamos assumir. E é daí que nasce o primeiro bloco de habitações que foram intervencionadas, parcialmente, isto é, esse primeiro conjunto que já identificou. Essa foi a primeira fase.

Nesse percurso de tempo, estamos a falar de finais de junho, inícios de julho, a Cáritas foi recebendo de cada uma das entidades locais, de cada uma das câmaras, um conjunto de listas que identificavam alguns casos. As listas eram, inicialmente, muito frágeis porque identificavam só parcialmente alguns casos. Algumas listas traziam, já nessa altura, a indicação de valores, porque o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) tinha feito uma avaliação muito por alto e já indicavam os valores que algumas intervenções poderiam implicar, mas, uma vez que se tratava de um compromisso nosso, teríamos de avaliar cada caso, para que, no fim, pudéssemos, dentro do valor e do orçamento dos donativos que nos tinham sido confiados, assumir, ou não, o compromisso com as pessoas.

Daí resultou esse número já referido, cerca de 21 casos. Na altura eram um pouco mais, 21 foram os casos de danos totais, porque houve outros casos que, inicialmente, estavam previstos no nosso compromisso, mas que, depois de uma devida avaliação, nossa e de outras entidades, nomeadamente a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), permitiu-nos concluir que, pelo menos, dois casos não eram elegíveis para serem

apoiados, por haver seguros que podiam cobrir os danos que tinham sido causados pelos incêndios.

Esse foi o discurso, assim muito leve, do que nos levou a esse apoio a essas pessoas, em concreto. Não sei se consegui ser suficientemente claro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Agradeço a resposta, mas, no fundo, o que pretendia perceber melhor é como é que foi esta fase inicial, se o levantamento foi feito pela Cáritas, se o levantamento vos chegou por listas de habitações a intervir, conforme, penso que referiu, e se sim por quem foram enviadas, por que entidade pública.

Como é que, no fundo, se processou a identificação e a priorização destas necessidades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Talvez não tenha percebido claramente a pergunta, mas percebo agora.

Naturalmente, a Cáritas não é nenhuma entidade pública, nem com competência para executar *per si* qualquer intervenção no terreno. Nessa altura, o que fez foi disponibilizar-se, junto das entidades que estavam no terreno, nomeadamente, numa primeira fase, junto das câmaras municipais, numa segunda fase, junto da CCDRC, que era quem coordenava, de alguma forma, ou quem, a partir de certa altura passou a ter um papel de coordenação mais efetiva.

Nesse pressuposto, tudo aquilo que podíamos fazer e que viemos a fazer, sempre foi a partir seja de indicações por listas ou por avaliações

prévias e que mereceram, desde logo, da nossa parte, uma segunda avaliação, uma terceira avaliação, de modo a que o conjunto de casas identificadas, ou de casos identificados, nas listas... Muitos deles não corresponderam a apoios, porque, por uma razão ou por outra, ou porque não se tratava de casas de habitação permanente, ou porque não se tratava às vezes, até, de casas de habitação, a avaliação que fomos fazendo, nós, numa primeira fase, e, depois, triado com as entidades competentes, câmaras municipais e CCDRC, ganhámos a convicção de que estávamos a apoiar, dentro dos nossos critérios, casas de habitação permanente, no pressuposto de que — não sei se isto é do conhecimento dos Srs. Deputados — nos comprometemos a apoiar pessoas e vítimas violentadas pelos incêndios nas suas casas permanentes, quer fossem proprietárias ou usufrutuárias dessas habitações.

Isso fez alguma diferença, uma vez que, ainda hoje — porque o nosso compromisso passava por legalizar e entregar as casas legalizadas às pessoas —, estamos a resolver algumas situações de legalização das casas, porque elas ou não estavam registadas ou estavam registadas em nome de pessoas já falecidas, o que não facilitava. Mas, para nós, a garantia era que aquelas pessoas que estávamos a apoiar tinham ali a sua habitação permanente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se faz favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

No relatório de execução atualizada, a 8 de junho de 2018, é feita a referência de que, no fundo, foram feitas visitas e que o critério de seleção vem única e inteiramente para as situações de primeira habitação e casos sociais.

Peço-lhe que confirme se foi este o critério, até porque no protocolo assinado entre o Instituto da Segurança Social e a Cáritas Diocesana de Coimbra refere-se um conjunto de critérios e hierarquização dos critérios de

seleção e um dever de coordenação com o Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Quando a Cáritas é chamada aqui a Lisboa para assinar esse protocolo com o então constituído Fundo REVITA, a Cáritas já estava no terreno e já tinha, de alguma forma, previstos os seus critérios. Eram públicos e, de alguma forma, até contribuíram para a designação desses critérios que vieram a estar no protocolo do Fundo REVITA e, em todo ou em parte, achámos e temos convicção de que eles correspondiam, por inteiro, aos critérios definidos pelo Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Posso perguntar-lhe qual é o ponto de situação atual destas reconstruções?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Neste momento, já desde 2018, todas estas habitações estão entregues às pessoas. Aliás, em finais de julho de 2017, assumimos o compromisso de fazer com estas pessoas e com esses agregados a reconstrução das suas casas, até à entrega da licença de utilização.

É nesse pressuposto que o processo ainda não está fechado. Ou seja, a nossa preocupação foi, desde logo, realojar as pessoas, criar as condições para que as pessoas pudessem voltar a habitar as suas casas e terem as suas vidas de forma condigna, com a certeza de que seguir-se-ia a concretização

de toda a parte legal.

Isso também foi assumido com as câmaras municipais, invertemos um pouco os processos, mas, dada a urgência, foi pedido às câmaras municipais que, pela urgência e pela premência de devolver às pessoas a sua habitação, fosse invertido o processo.

O processo fechado não depende de nós, já depende das câmaras, os processos são entregues nas câmaras municipais. O último processo a ser feito foi a auditoria energética — penso que o termo não será este — e o que demorou todo este processo, estamos em 2020, — foi o facto de nos depararmos com muitas situações em que na conservatória não estava nada registado e o que estava registado era com valores de matriz completamente diferentes. Foram feitos novos levantamentos, não na perspectiva da construção, mas na perspectiva da legalização, e tudo isso levou e tem levado o seu tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Tem conhecimento, ou alguma vez a Cáritas foi notificada, de alguma irregularidade nos processos de atribuição de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Cónego, pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Não percebi, em concreto, a pergunta.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Se tem conhecimento de alguma irregularidade no processo de atribuição de apoios ou se, alguma vez, a

Cáritas foi notificada sobre alguma irregularidade nos referidos processos de atribuição de apoios?

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Naturalmente, a Cáritas tem acompanhado todo este processo, que começou logo em setembro de 2017, e tem, de uma forma ou de outra, estado dentro desse processo, ou porque há alguma suspeição, ou porque há algum questionamento. E, durante este excuro de tempo tivemos, de facto, muitos questionamentos.

O DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal) continua a acompanhar-nos e tem recebido um conjunto de relatórios, até ao momento. O último que nos foi pedido foi em junho, quando nos foi pedido um relatório atualizado do plano de execução. Estamos, praticamente, a executar toda a verba, e é esse o objetivo, executar toda a verba que nos foi confiada, mas, nesse processo, temos, de alguma forma, sido questionados e temos procurado responder cabalmente às questões que nos são colocadas.

Para além disso, a Cáritas Portuguesa, porque foi uma entidade que liderou o processo da abertura de uma conta bancária que deu, de alguma forma, não a totalidade mas grande percentagem dos valores que consubstanciaram o fundo que a Cáritas Diocesana de Coimbra geriu, fez uma auditoria interna, que está concluída e que também foi enviada ao DIAP, penso que no passado mês de setembro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — A Cáritas Portuguesa fez um comunicado, no dia 6 de setembro de 2017, em resposta às suspeitas levantadas pelos presidentes das Câmaras de Pedrógão, Figueiró e Castanheira de Pera, sobre a forma como várias entidades estavam a gerir os donativos.

Questiono se estas autarquias comunicaram previamente algum desconforto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Provavelmente à Cáritas Diocesana de Coimbra não foi comunicado rigorosamente nada. Também não pertence à Cáritas Diocesana de Coimbra esse comunicado, provavelmente pertence à entidade Cáritas Portuguesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Tem conhecimento do teor do comunicado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Cónego, pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Efetivamente, em concreto, não tenho conhecimento do teor do comunicado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Pedia que explicitasse melhor como é que se verificava, no terreno, esta articulação entre a Cáritas, as autarquias, a Comissão Técnica e o Conselho de Gestão do Fundo REVITA, a CCDR doadores e beneficiários.

Como é que, no fundo, era articulada, no terreno, a comunicação entre estas entidades, até para não haver duplicação e replicação de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Luís Miguel, faça favor.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — É sempre difícil condensar vários fatores e vários indicadores num processo complexo.

Um dos indicadores que posso referir é o facto de termos estado desde a primeira hora no terreno, e de forma intensa, através, efetivamente, de muitas pessoas, sejam profissionais, sejam voluntários, o que nos permitiu acompanhar a situação diariamente. E eu posso dizê-lo, na primeira pessoa, acompanhei diariamente muitos destes excursos de diligências, nomeadamente junto das câmaras, junto dos técnicos das câmaras, junto dos técnicos que estavam no terreno, o que nos permitiu, desde a primeira hora, estar muito próximo de todos os processos e que levava a que essa comunicação também fosse sempre muito mais fácil connosco, porque lá estávamos, recebíamos, triávamos e avaliávamos. Muitas vezes tive oportunidade, e assim o fiz, de acompanhar todos estes casos, pessoalmente. Todos os casos foram acompanhados por mim e por uma equipa e o estar no terreno permitia-nos fazer essa avaliação, nas visitas.

Essa avaliação nunca se encerrava em nós, até porque não tínhamos a competência para definir *A* ou *B*, se era apoiado ou não, mas permitia-nos, de alguma forma, triar e, muitas vezes, levámos a notícia de que determinado apoio ou certa situação não era merecedora de ser apoiada e, muitas vezes caía e caiu, efetivamente.

Mesmo durante o excurso destas avaliações, para recordar o que já aqui foi dito, tínhamos no nosso compromisso duas situações. Chegámos a assinar com as pessoas — porque as pessoas assinavam e davam-nos a delegação de poderes para agir em nome delas — para a reconstrução das suas casas.

Esses compromissos foram assinados, também com essa articulação — e penso que assim consigo responder à sua pergunta —, nomeadamente

com a CCDR. Mas, com a CCDR as pessoas faziam um inquérito, assinavam por sua honra a prestação da verdade sobre aquilo que dizia respeito ao seu caso e a nós tinha-nos sido omitido que havia um seguro atribuído sobre aquela habitação. Assim, no cruzamento com os dados da CCDR, viemos a descobrir que o senhor tinha dito que tinha um seguro sobre aquela habitação e que até já tinha recebido, o que nos levou a chegar à pessoa em causa e dizer-lhe que o nosso compromisso terminava ali, porque o senhor tinha seguro — facto que nos tinha omitido, porque não tínhamos elementos para confirmar os dados que nos eram fornecidos, mas a que tivemos acesso com este cruzamento de informação.

E esse cruzamento existiu muitas vezes para confirmar este caso e para confirmar que, de facto, os casos que tínhamos eram casos sociais. E tivemos de alguma forma, não digo a sorte, mas tivemos a possibilidade de, efetivamente, intervir em casos sociais. E esse é um exemplo dessa articulação.

Foram muitas horas passadas na CCDR, a triar todos os processos.

Mas os nossos processos tiveram sempre um acompanhamento muito próximo desde o início foi também muito mais fácil, mesmo para a própria CCDR, porque tinham a garantia de que tínhamos intervindo junto das pessoas e sabiam que, de alguma forma, havia, dentro daquilo que é possível, alguma segurança sobre aquilo que estava a ser tratado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Na página 56 do relatório da auditoria do Tribunal de Contas, é dito, e vou citar, que «a execução dos protocolos é acompanhada por um representante de cada um dos outorgantes, devendo ser remetidos ao representante do Instituto de Segurança Social, com periodicidade trimestral, relatórios sobre os apoios concedidos e a respetiva

execução, acompanhados de registos fotográficos das intervenções das habitações afetadas, relatórios finais sobre os apoios concedidos, que deveriam ser disponibilizados no portal do Fundo REVITA».

Havia esse controlo e fiscalização por parte do Instituto da Segurança Social?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Havia esse compromisso e houve esse compromisso.

Acontece, e talvez fosse algo que alteraria se voltasse atrás, que, na altura em que assumimos o compromisso com a segurança social, no âmbito do REVITA, já fazíamos relatórios semanais da nossa atividade, desde a primeira semana até então. E o que ficou acordado foi que esses relatórios seriam suficientes para, de alguma forma, dar nota de toda a evolução do processo. E, efetivamente foi isso que veio a acontecer.

O Fundo REVITA aceitou essa exposição, essa evolução transmitida de forma semanal, pública, para os meios de comunicação social, e ainda hoje disponíveis — aliás, enviados para esta Comissão. Portanto, estes relatórios eram suficientes e essa duplicação da nossa parte — que também não nos custava, de forma alguma — era suficiente para cumprir esse requisito do *report* trimestral, ou seja, entendemos que seria mais elevado, porque até permitia uma evolução semanal de todo o processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, pode continuar.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Então, tendo eles sido produzidos com uma periodicidade trimestral, tendo sido enviados — e deduzo, das suas palavras, que foram remetidos para o Fundo REVITA — para serem,

conforme estava protocolado, publicados no *site* do Fundo REVITA, por que razão é que os mesmos não foram publicados? Alguma vez questionou o porquê?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Não lhe posso responder a essa questão, porque não nos dizia respeito.

Nós divulgámos os nossos relatórios na nossa página — aliás, estão disponíveis —, divulgámos por todos os meios de comunicação, e isso ajudou, em tempos, alguns meios de comunicação a fazerem um ponto de situação da evolução do processo; enviámos os relatórios para todas as entidades, públicas e privadas, que foram financiadoras do nosso fundo; procurámos, dessa forma, que todos os doadores fossem acompanhando a evolução dos processos, da forma mais concreta e pormenorizada possível.

Não lhe consigo responder, como compreende, porque é que não foram divulgados no âmbito do... Mas sei que serviam, muitas vezes, para os relatórios, porque lia os relatórios do REVITA e as nossas referências estavam presentes, ou seja, eram conhecidas, porque nunca veio, em momento algum, uma linha que dissesse respeito à intervenção da Cáritas Diocesana de Coimbra em branco, por não haver conhecimento dos dados presentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Mas concorda que a publicitação desse relatório no *site* do REVITA, conforme estava protocolado, era potenciadora de uma perceção de transparência e não o inverso, de suspeição pública?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Batista Costa** — Não posso acrescentar mais do que aquilo que já disse.

Sendo esses relatórios públicos e sendo do conhecimento geral, se me permitir fazer uma avaliação, penso que não foi por falta de relatórios que não houve transparência, pelo menos da nossa parte, com a nossa intervenção.

Se para outra coisa não servissem, serviam para perceber a evolução quase ao cêntimo, porque os nossos relatórios diziam a hora em que as coisas eram contabilizadas, sejam os valores recebidos, sejam os valores aplicados. Não consigo avaliar se isso contribuiu ou não para a transparência. Da nossa parte houve, pelo menos, a intenção — se calhar até demasiado abusiva da nossa parte, chegámos a pensar — de fazer relatórios semanalmente. Mas, como a atividade foi de tal forma intensa e como isso foi um compromisso para com os doadores e para com a sociedade civil que nos tocava, foi isso que assumimos até ao fim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — O relatório da auditoria do Tribunal de Contas aponta um conjunto de contradições, na sua página 56, e vou mencionar aqui algumas.

Nos relatórios de execução dos fundos da União Portuguesa das Misericórdias e da Cáritas Portuguesa, mencionam-se pedidos de financiamento feitos pelos municípios, listas recebidas da CCDR com pedidos de financiamento, reuniões com a CCDR nas quais são acordadas habitações a financiar por estes doadores e decisões da Comissão Técnica, fazendo distribuição pelas entidades.

No âmbito da auditoria, as autarquias e a CCDR reportaram mecanismos diferentes, pelos quais as entidades interessadas em apoiar as construções obtiveram dos municípios a informação sobre as habitações que careceriam de intervenção. Nas atas da Comissão Técnica, de 25 e de 27 de julho de 2017, aprova-se a distribuição da maioria das casas internacionais, em todos os concelhos afetados, pelas várias entidades, e não no Fundo REVITA, referenciando-se que essa distribuição tinha sido efetuada por cada um dos municípios.

O município de Figueiró dos Vinhos refere que as obras de menor valor foram integradas no Fundo REVITA, enquanto aquelas que obrigavam a um processo mais complexo foram acordadas com as entidades protocoladas. Ao invés, o Fundo REVITA, no seu 7.º relatório de discussão trimestral, menciona a distribuição efetuada, realçando que o Fundo REVITA ficou responsável sobretudo por habitações com um perfil de intervenção mais exigente. Isso também foi confirmado nesta Comissão, pelo Dr. Rui Fiolhais.

Os municípios de Pedrógão Grande e de Castanheira de Pera referiram, nas reuniões ocorridas, que o Fundo REVITA ficou com as casas não selecionadas ou distribuídas pelas outras entidades.

Pergunto-lhe, afinal, como é que se processou esta distribuição, esta seleção; quem é que encarregou o quê, porque, no fundo, há um conjunto de contradições que se encontram apontadas no relatório de auditoria do Tribunal de Contas.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, o pouco que posso acrescentar poderá passar, antes de mais, por fazer uma linha prévia de tempo em relação a isso.

O Fundo REVITA aparece e já a atividade estava a decorrer há muito, nomeadamente da Cáritas, mas também da União das Misericórdias e da Gulbenkian. O Fundo REVITA, do que consegui perceber e para o que fui chamado, vem de alguma forma para sintetizar, ou gerir, um conjunto de fundos, de verbas doadas que não estavam centradas em dois grandes polos: um deles era o fundo Cáritas que, com a constituição do REVITA, foi reconhecido e aceite que a estrutura Cáritas geria um fundo próprio, segundo os critérios que seriam gerais, mas seria autónoma na gestão desse fundo, assim como a União das Misericórdias e a Gulbenkian geriam conjuntamente um outro fundo que lhes estava confiada.

Havia um conjunto de outras entidades, nomeadamente bancárias e outras do nosso País, que angariaram um conjunto de fundos e havia necessidade de congregar esses montantes dispersos e geri-los, então, com um conjunto de critérios definidos. Quando isso acontece, já nós praticamente tínhamos assumido os nossos compromissos, ou seja, foi junto da Cáritas portuguesa que eu próprio pedi que definisse que orçamento cabia à diocese de Coimbra, porque, nessa altura, a região de Mação já havia sido afetada e precisava de definir um *budget* para a nossa intervenção, porque o nosso compromisso era com as pessoas que conhecíamos, ou seja, que já tínhamos contactado, e não podíamos prometer às pessoas que lhes íamos reconstruir casas e, depois, não termos verba para o fazer. Foi nesse pressuposto que o nosso *budget* foi definido e só posteriormente a isso, porque o nosso limite de intervenção estava definido, ficaram muitas outras situações por resolver e, então, entra a questão do Fundo REVITA que pegou, depois, dentro da sua missão e da sua ação, que não consigo avaliar nem sequer ajuizar, dentro dos seus parâmetros, foi acrescentando valor àquilo que faltava.

Quando o Fundo REVITA praticamente vem para o terreno, nós já estávamos para iniciar as reconstruções totais. Em inícios de setembro,

lançámos os concursos para as primeiras casas, de alguma forma, em auscultação pública, para obtenção das empreitadas para as primeiras casas. No final de setembro, praticamente tínhamos as condições para adjudicar as 17 casas que foram feitas, em reconstruções totais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Posso deduzir da sua resposta que, no caso da Caritas Diocesana de Coimbra, foi a Cáritas que, no fundo, teve o principal papel de intervenção de seleção, que, depois, conferiu com as outras entidades, das casas a intervencionar.

Pergunto-lhe sobre este assunto porque o Dr. João Marques, quando foi questionado nesta Comissão sobre isto, no que concerne à Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, referiu que questionou a CCDR se podia intervencionar uma ou outra casa, tendo sido respondido que não, que lhe iriam ser dadas instruções sobre as casas que a Santa Casa poderia intervencionar. Pergunto se teve que ver com esta questão temporal ou se o tratamento não foi o mesmo com a Cáritas Diocesana.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Poderei apenas responder em relação ao nosso caso, em que nos foi dada uma lista. Cada câmara tinha uma lista de um conjunto de casas que poderiam ser apoiadas. Foram visitadas por nós, foi avaliada por nós a capacidade de intervenção e foi assumido, junto das câmaras e das entidades que nos tinham pedido apoio — aliás, sempre de forma escrita — que determinados casos ficavam assegurados por nós. Muitos outros casos caíram, porque não eram casas de primeira habitação. Tivemos algumas situações que se enquadravam nesse

parâmetro e que, naturalmente, caíram para nós e, provavelmente, cairiam para outros, mas já não dependia de nós. O que dependia de nós era fazer uma avaliação, fazer uma triagem dentro da capacidade de que nós tínhamos e da elegibilidade que aqueles casos tinham dentro dos parâmetros que estavam definidos e, depois, entregar e assumir junto das câmaras. Nestes casos identificados, nós assumimos o compromisso de levar a reconstrução das casas até ao fim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem apenas tempo para pedir um último esclarecimento

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Pergunto-lhe que motivos, na sua opinião, levaram a esta confusão, no fundo, a estas contradições apontadas pelo Tribunal de Contas.

Considera que foram criados mecanismos para não existirem estes depoimentos e ações contraditórios ou para, também, garantir que não existiam duplicação de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder. Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — É uma pergunta difícil de responder, porque não me cabe a mim sequer fazer essa avaliação.

Sei, na primeira pessoa, o complexo processo que aconteceu após os incêndios de 2017. Sei da fragilidade das estruturas existentes no terreno; ainda hoje o são, mas, nessa altura, provavelmente, ainda mais. Sei também da capacidade de que dispúnhamos, porque tivemos capacidade, dentro das limitações que temos, para definir claramente o que queríamos: alocámos os recursos, tínhamos a distância crítica suficiente para medir e ponderar um conjunto de coisas, tínhamos a liberdade suficiente para definir as pessoas

que estavam dentro do apoio e as que não estavam dentro do apoio, por razões objetivas e reais. Tudo isso facilitou o nosso processo, porque de facto foi dos primeiros processos. Provavelmente, se chegássemos no fim de todo o discurso de intervenção, os casos podiam ser não tão claros como foram para nós.

Posso acrescentar que tivemos muitas dúvidas na atribuição de alguns apoios e posso aqui apresentar dois casos. Começaria até por aquele que foi sempre referido de forma não clara, mas evidente porque atribuído a nós, e que aparecia sempre na comunicação social, que tinha que ver com um agregado familiar composto por uma mãe e um filho que viviam, na altura, nos anexos de uma empresa de distribuição de material de construção. Lembro-me de ter visitado aquela habitação, não consigo descrever-vos o tamanho nem propriamente como é que estava distribuída, porque vivam lá a mãe e o filho, nem sei se haveria dois quartos — penso que não —, mas a questão colocou-se de outra forma. Verificou-se que aquelas pessoas viviam ali, que aquela casa tinha sido afetada pelos incêndios, que não tinha condições para ser habitada e que aqueles senhores não tinham qualquer contrato de arrendamento e estavam ali por favor. Verificou-se que qualquer intervenção não era possível, porque estamos a falar de pequenos anexos e a área de intervenção não seria digna ou capacitante para fazer uma construção pelo menos para habitarem duas pessoas em quartos distintos. Possibilitou-se avaliar — avaliámos também com os técnicos da câmara — que aquela família tinha, ali mesmo ao lado, um terreno comprado há 40 anos, que, na altura, eram ruínas e que, por nunca terem tido possibilidades de fazer a sua habitação, ficaram a viver ali. A avaliação que fizemos foi muito simples: para além de ser um caso social — não é que andemos em busca de casos sociais — que nos merecia toda a atenção, permitiu-nos avaliar que a intervenção indicada, naquele agregado familiar, e que defenderíamos naquela instância e em qualquer outra, não seria onde eles estavam, mas seria

mesmo ali ao lado, embora fosse uma casa em ruínas ou restos de paredes sobre um silvado. Foi essa a avaliação feita e foi isso que procurámos fazer.

Naturalmente, tudo isto era triado, nomeadamente com a Câmara Municipal, deste caso de Pedrogão Grande, e com um técnico de então, o Eng.º Bruno, e também com a CCDR. Todos os nossos casos suportavam-se numa avaliação e esta foi feita pela nossa parte. Temos consciência e estamos disponíveis para defender essa intervenção, não sendo a intervenção onde as pessoas habitavam, para que o contributo que nos foi confiado pelos portugueses pudesse ser aplicado condignamente. E só podia ser daquela forma.

Posso aqui acrescentar outro caso que nos mereceu uma avaliação completamente diferente: andar 500 metros em terra batida, pelo meio dos eucaliptais até chegar às casas, para encontrar uma família e questioná-la sobre o que era necessário fazer. Tratava-se, neste caso, de dois pais e de uma filha, penso que já teria 17 ou 18 anos, mas ainda vivia no agregado familiar constituído. O Sr. Mário — desculpem ter referido nomes — disse-me... A questão que pus ao Sr. Mário foi: «Nós podemos apoiar a sua reconstrução. Se o senhor quiser ficar aqui, nós vamos reconstruir a casa aqui.» e este ter dito que «Estamos em 2017 e, em 2012, fugi com a minha mãe deste buraco para fugir do fogo. Em 2017, voltei a safar-me. Não quero morar aqui». A minha posição, na altura, e pela avaliação que fizemos, foi que se ele quisesse que a casa fosse reconstruída lá, nós iríamos fazê-lo. A sua vontade não era reconstruir lá a casa, a nossa vontade passou a definir que ele não ia ficar aqui. Não tinha lógica, porque nem água, nem luz tinha. Estamos a falar de regiões que conheceis muito bem, porque as áreas de acesso e as distâncias para as condições mínimas que todos nos habituámos a ter estavam longe de ser alcançados. Foi nesse pressuposto que a vontade da Cáritas se traduziu, depois de alguma reflexão que ficou registada nas nossas atas de direção, na decisão de não reconstruir lá casa e de adquirir

uma casa que eles passaram a habitar, quando saíram depois de acontecer os incêndios.

Isto serve para dar dois exemplos, absolutamente discutíveis, porventura, mas todos eles perfeitamente triados e definidos e conscientemente tomados por nós. Naturalmente, estamos na posição de os defender.

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a primeira ronda de perguntas do Grupo Parlamentar do PSD.

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, queria deixar um primeiro agradecimento ao Dr. Luís Costa, como Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra, pelas declarações que aqui veio prestar e pela disponibilidade para vir a esta Comissão.

Quero, em primeiro lugar, manifestar a total solidariedade do Bloco de Esquerda com todas as populações que foram afetadas por estes incêndios ocorridos em 2017 e que tanto destruíram no nosso território, inclusive vidas humanas. Manifesto também o nosso obrigado a todos aqueles que se mobilizaram para responder a esta catástrofe, ajudando as populações locais das mais diversas formas.

É nosso entender que esta situação demonstra que a ainda atual, infelizmente, política pública de ordenamento, de prevenção e de combate a incêndios foi insuficiente para impedir que esta situação viesse a ocorrer. Tivéssemos nós uma política de ordenamento do território, de prevenção e de combate a incêndios muito mais robusta e, provavelmente, esta situação não teria tido a dimensão que teve. Por isso, é muito importante que

aprendamos com esta situação no futuro e consigamos fazer a melhor aplicação possível dos esforços públicos para resolver este assunto.

Por isso, a primeira questão **que queria colocar-lhe**, no âmbito da intervenção da sua [...]

Inês

Por isso, a primeira questão que lhe queria colocar no âmbito da intervenção da sua organização, é a seguinte: que apreciação faz da aplicação de apoios públicos, na resposta às necessidades das populações locais?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — É uma pergunta difícil de responder.

Posso responder que, em relação à nossa intervenção, desde a primeira hora apercebemo-nos de que estávamos numa situação anormal, não só pela tragédia, mas também pelo posicionamento do povo português. De uma forma ou de outra, tivemos a noção de que a nossa missão tinha de estar à altura do posicionamento dos portugueses em Portugal e no estrangeiro, pois tivemos apoios vindos de outros lados.

O nosso compromisso — que, aliás, fazemos todos os dias, para com as pessoas — é o de dar o nosso melhor. Tentamos que o nosso melhor não seja só uma questão de desejo, mas que seja concretizado, para traduzir, no terreno, a honra e a responsabilidade que tivemos na aplicação desses fundos.

Em relação a todos os outros fundos, não os recebemos, seja da parte do Fundo REVITA, seja de fundos estatais. Não fomos administradores dos

mesmos. Procurámos — e acho que o conseguimos efetivamente fazer — administrar corretamente os fundos que nos foram confiados.

É a única coisa que lhe posso dizer. Não sei se conseguiria responder melhor à sua questão, Sr. Deputado, do que isto. Não tenho elementos nem capacidade, porventura, para avaliar a aplicação dos fundos públicos neste âmbito dos incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Vicente, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

A aplicação dos apoios públicos é precisamente o âmbito da ação desta Comissão de Inquérito.

Queria ainda questionar se considera que algumas das irregularidades que têm vindo a ser detetadas sobre a aplicação dos diversos apoios públicos podem encontrar justificação numa grande insuficiência administrativa e operacional por parte dos diversos serviços locais, quer do ponto de vista das autarquias, quer, até, dos serviços centrais, para agilizar um processo da magnitude que este teve na região.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — A Cáritas de Coimbra é uma estrutura que gere há muitos anos dinheiros públicos e que tem uma estrutura organizacional considerável, porque, pelas suas diversas valências — mais de 120 valências —, obriga-se a ter uma organização estruturada.

A partir daí, quando olhamos para as estruturas públicas, nomeadamente algumas câmaras municipais pequenas, que, neste caso, foram afetadas, a nossa avaliação é a de que é manifesta a fragilidade dessas

estruturas, de forma levada ao expoente máximo perante a magnitude e a multiplicidade do problema que estava a ser tratado.

Não somos heróis de lado nenhum, mas lembro-me perfeitamente de que uma organização como a nossa conseguiu registar todos os donativos em espécie que recebemos, um por um, coisa que não foi possível para outras organizações. Não porque não tivessem vontade! Posso garantir-vos que teriam toda a vontade, mas a incapacidade humana e logística torna um processo destes manifesta e claramente impossível de ser garantido.

Aquilo que posso dizer-lhe, do pouco conhecimento que tenho do terreno, é que, de facto, a magnitude do problema e as fragilidades logística e humana existentes não podiam dar outro resultado que não o de alguma fragilidade, para não dizer muita fragilidade, em pequenos grandes aspetos que pudessem ser vistos por outros.

Naturalmente, ficava incomodado, porque sei quanto custou, não a mim, mas a todos os profissionais voluntários que estiveram todos os dias a ver armazéns e a armazenar material que eu sabia que, provavelmente, nunca chegaria a ninguém, porque, provavelmente, nem seria necessário. Doía-me, naturalmente, mas percebia, também, o quão difícil era garantir aquilo. É que não era só recolher, era encaminhar.

Dou-lhe um exemplo nosso: a certa altura, no ano seguinte, ou seja, em 2018, tínhamos, para encaminhar, roupa e outros bens que nos estavam confiados. Estavam, na altura, guardados e estávamos a pedir a entidades que guardassem esses bens, nomeadamente à Paróquia de Pedrógão Grande. Fizemos uma campanha chamada «Campanha de Verão» para toda a população e sei a logística que isso implicou. Voltámos a fazer o mesmo para o inverno. No início de outubro de 2018, voltámos a fazer, de forma a que aqueles bens, que ali foram depositados, pudessem ter os destinatários ali, e não noutro lado, e de forma a que aqueles bens, que ninguém queria, pudessem sair dali. É que, a certa altura, passado um ano, o depósito daqueles

bens era, por si só, um encargo para quem ali vivia, para quem ali estava e para quem tinha a responsabilidade de ali trabalhar.

É a única coisa. Não sei se consigo responder de forma mais concreta às suas questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Queria questionar, perante a descrição que me fez e que outras pessoas já fizeram de forma semelhante nesta Comissão, que aprendizagens, que medidas concretas considera que deveriam ser tomadas, numa eventual situação futura, que todos esperamos que não aconteça, de forma a que a resposta dos serviços de apoio à população e de reparação de danos possa melhorar, face ao que se passou em 2017?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado, se tiver uma resposta condigna à sua pergunta, naturalmente os senhores contratam-me para fazer um plano de intervenção. Peço desculpa pela ironia.

Penso que podia partilhar convosco duas notas muito simples. Uma delas é a seguinte: só estruturas organizadas e com alguma experiência de organização podem definir planos de intervenção. Essa é a única coisa que vos posso dizer. Ou seja, ninguém está preparado para uma situação dessas. Por muito que estivéssemos preparados — e digo isto internamente, nomeadamente na rede Cáritas, que temos um plano de intervenção, uma comissão para as emergências —, nunca se está preparado para uma situação destas, principalmente quando ela tem uma magnitude elevada. Porquê?

Porque podemos estar orientados para a direita — desculpem a expressão — mas, depois, o caminho será pela esquerda.

Risos.

Sei que esta abordagem não foi propriamente apropriada. Peço desculpa, não era essa a intenção.

Voltando à minha questão, são precisas organizações e há organizações da nossa praça, do nosso País, que têm, por si só, capacidade de planeamento.

Para não me alongar — porque tudo o que possa dizer, normalmente, será errado —, dou-vos o exemplo do município de Castanheira de Pera, que, naquela altura, fez um processo que me pareceu, do meu ponto de vista, adequado. Não tinha estrutura e foi pedido — estou à vontade, porque não nos foi pedido a nós — a uma organização que montasse a logística, que procedesse ao devido acompanhamento dos processos. E teve sucesso. Chegou mais depressa que os outros e tinha as coisas mais organizadas que os outros.

É que, quando somos muitos a tentar intervir no mesmo sítio, já é muito difícil. Quando somos muitos e ninguém sabe o que está a fazer, mais difícil será. Quando são muitos e cada um faz para seu lado, é terrivelmente difícil.

Partilho convosco, porque valorizei pessoalmente, e continuo a valorizar hoje, a capacidade que houve, naquela altura, do município de Castanheira de Pera de pedir a uma organização que organizasse a logística: a logística dos voluntários, a logística da angariação de bens, da sua recolha e receção, e a logística do seu encaminhamento.

Não consigo avaliar os resultados, mas consigo avaliar a capacidade de intervenção, a capacidade de logística que foi alcançada, em detrimento

de outros, para os quais, de facto, as coisas estavam a acontecer, mas ninguém sabia o que estava a acontecer.

O nosso exemplo é feliz, mas não é mais do que interno. Ou seja, estávamo-nos a organizar, conseguimos essa organização, conseguimos esse reporte e penso que isso podia ser um bom exemplo. Espero que não volte a acontecer e, se voltar a acontecer, dificilmente estaremos... Mas uma organização minimamente capaz de planear e de se organizar é sempre uma ajuda em situações de emergência como esta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Não tenho mais questões a colocar, dado as perguntas que já foram feitas anteriormente e o facto de a sua organização não ter tido um papel concreto sobre a aplicação de dinheiros públicos.

Por isso, termino a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Cónego, só uma pergunta, passe, eventualmente, a publicidade comercial: qual foi essa entidade milagrosa? É pública, é privada? Que entidade procedeu a essa solução tão adequada, nas suas palavras? Pode esclarecer-nos?

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Foi a Médicos do Mundo, uma entidade que se apresentou, como tantas outras, nos incêndios de junho. Posso recordar-vos que, nos incêndios de outubro, a única entidade que esteve no terreno foi a Cáritas. Não houve mais nenhuma entidade.

A Médicos do Mundo, na altura, começou por ser uma entidade que se disponibilizou no terreno para ajudar e, depois, foi escolhida, provavelmente por critérios objetivos, pela Câmara Municipal de

Castanheira de Pera, para garantir a logística em nome da câmara, na minha perspetiva, que vale o que vale, com bastante sucesso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento em particular o Sr. Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra, o Dr. Luís Miguel Baptista Costa.

Ao longo destas mais de 20 — salvo erro, serão umas 23 — audições de depoentes que já fizemos, há uma realidade que tem sido indesmentível, que é o desvanecer da ideia de que, naquele território, se passou uma situação de aproveitamento e que aquela população teve um comportamento de fraude, de tentar beneficiar de uma situação imprevista.

A verdade é que, por mais que se queira — esta é a opinião do PCP — , não será com uma comissão de inquérito que se vai homenagear estas vítimas.

A nossa preocupação, desde a primeira hora, é, precisamente, com quem tudo perdeu, com quem, em poucas horas, perdeu grande parte ou todos os seus bens, incluindo a sua habitação, com quem perdeu familiares.

Tendo em conta o drama tão grande, importava que se garantisse que os apoios o minimizassem e até seria justo que, tendo em consideração a dramática situação que se verificou — que foi, aliás, bem entendida pela população portuguesa em geral, porque houve uma onda de solidariedade enorme —, se pudesse corrigir e melhorar aquilo que estava em causa.

Estamos a falar de uma região que se debatia, e que se debate — provavelmente agravando-se —, com as causas e as razões do despovoamento, do abandono de um território que tem a sua riqueza e o seu

potencial, mas onde não são dadas as opções necessárias para que, de facto, essa riqueza e esse potencial se traduzam na melhoria das condições de vida das pessoas, na garantia de segurança das pessoas que lá residem, permitindo que aqueles que lá residem continuem a querer lá residir, mantenham lá os seus descendentes e que até se possa atrair para lá outras gerações e outra população. Enfim, esta é uma situação que, de facto, para nós seria da mais elementar justiça que se fizesse essa correção.

Realmente, tenta-se aqui mais procurar onde é que houve falhas e a mim parece-me que o esclarecimento que o Sr. Doutor aqui deixou foi muito importante, porque quando o PSD se preocupa se uma casa ficou com mais meio metro, oitenta centímetros de pé direito do que a que tinha anteriormente, se a casa de banho, que antes era no quintal e passou a ser integrada dentro da habitação, se melhoraram algumas condições de habitação e isso é uma irregularidade, ou se... Bem, nós não poderíamos nunca repor *ipsis verbis* o que estava antes, mas poderíamos efetivamente repor com melhores condições, com melhor qualidade, respeitando até aquilo que são os padrões de construção atualmente.

Portanto, para nós o que importa é precisamente esclarecer os aspetos relacionados com as ajudas e com apoios.

A Caritas teve aqui um papel importante, aliás, assinou uma minuta de protocolo com a segurança social. Nesse sentido, a primeira pergunta que gostaria de lhe colocar é a seguinte: já explicou, já deixou aqui muita informação, mas, em concreto, que situações acha que ficaram por atender e porque é que elas ficaram sem ser atendidas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Mesmo que seja abusivo da minha parte, hoje tenho consciência de que as situações foram todas

atendidas, ou seja, as situações que estiveram dentro dos critérios e que estiveram numa situação elegível. Isso significa que nem todas as pessoas foram apoiadas e muitas pessoas foram prejudicadas, até porque essa questão colocou-se mesmo para a Caritas durante algum tempo, de saber se havia necessidades que ainda não tinham sido atendidas. Hoje, pelo menos para mim, e correndo o risco de estar errado, todas as situações necessárias foram atendidas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Portanto, nesta pequena intervenção que fez referiu, claramente, que houve muitas pessoas que ficaram prejudicadas. Ficaram prejudicadas em que sentido?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado João Dias, eu tive a oportunidade de visitar muitas dessas terras e subscrevo aquilo que acabou de dizer.

Tive ocasião, também, com os responsáveis políticos, muitas vezes, e até da CCDR, de dar as minhas opiniões como cidadão, e, reconstruir numa rua uma casa com as condições que, da nossa parte, eram absolutamente dignas — não podíamos reconstruir o que as pessoas tinham tido, tínhamos de lhes dar condições mínimas — e ao lado dessa casa houvesse, apenas e só, ruínas era constrangedor e inviabilizador. Eu próprio defendi isso antes, muito antes de todas estas polémicas, que, apoiados esses casos de primeira necessidade — e espero que isto não seja registado, porque era apenas a minha opinião —, havia lugar a uma intervenção do Estado, porventura, para intervir naquilo que é o agregado das habitações, porque ninguém quer viver

com ruínas à sua volta e muitas vezes vimo-nos provocados com isso, mas mais do que provocados, tivemos uma situação em que a ruína vizinha inviabilizou uma intervenção que estávamos para fazer. Esse é um drama daquelas terras e das pessoas que ali habitavam.

Muitas vezes, olhávamos para as pessoas que viam nascer a sua casa de forma muito condigna — há casas que eu, muito provavelmente, nunca hei de ter porque, pelo menos nós, utilizámos os melhores processos, os processos possíveis para respeitar a traça, para respeitar a construção existente, para devolver todas as condições para aquelas pessoas, nem que fossem ali viver um dia, vivessem com dignidade, porque outras coisas nós não podíamos devolver — mas muitas vezes víamos que as pessoas olhavam à sua volta e diziam: «Bom, quando chegar o inverno, julgo que não vou ter vizinhos».

Posso dizer-vos que isso, de facto, é um constrangimento de então e de agora, porque é uma realidade que mereceria — e também para reabilitar o Pinhal Interior — uma intervenção mais alargada do que, simplesmente, o apoio. Para nós, se o Sr. Deputado me permite, aquele apoio era o apoio dos portugueses. Eu sei que estou na Casa mãe da nossa democracia, mas aquele apoio que nos foi confiado era apoio dos portugueses, não era apoio do Estado. Ou seja, não sei se consigo distinguir, evidenciar essa distinção, mas aquele apoio era dos portugueses, era apoio dos «irmãos» — deixem passar a expressão — não era apoio do Estado para investir numa povoação ou para restituir um bem perdido, aquilo era um apoio dos portugueses.

Só que, para mim, isso não era suficiente. Era suficiente ser bem canalizado para as pessoas que tinham sofrido, que foram vítimas, mas para muitas outras pessoas para que tinham ali as suas segundas casas que eram a garantia de que aquela terra tivesse vida. E essas eram as pessoas que não foram elegíveis para estes apoios dos portugueses, mas seriam, certamente, elegíveis para os apoios da garantia de que aquelas terras tivessem vida e de

que aquelas pessoas, mesmo que fosse ao fim de semana, pudessem visitar os seus pais e pudessem estar ali.

Retirando qualquer teor político das minhas palavras, porque não têm qualquer intenção desse nível, foi como cidadão que vi e que digo isto porque foi isso que senti, muitas vezes, nas visitas ou na minha permanência, durante meses a fio, junto daquelas populações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Posso depreender das suas palavras que, neste caso, o Estado teve um pouco — neste caso, até é o Governo, porque o Estado somos todos nós — as «costas quentes» naquilo que foram os donativos e a solidariedade dos portugueses.

O Sr. Doutor consegue identificar nalgum regulamento, nalguma legislação, nalguma resolução, em algum processo legislativo, onde e como é que as segundas habitações são excluídas?

Atenção, que quero deixar-lhe muito bem claro que para o PCP — e acho que esta tem sido uma tónica também dos depoentes — a prioridade seria a primeira habitação. As segundas habitações acabaram, na prática, por ser excluídas. Neste momento, podemos afirmar, mais de três anos passados, que as segundas habitações acabaram por ser excluídas deste processo de recuperação. Onde, em que local, em que processo legislativo, em que regulamento é que está identificado, onde é que pode identificar a exclusão das segundas habitações do processo de recuperação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Pois a minha resposta é muito simples: não lhe consigo dizer onde, consigo evidenciar-lhe que, para

nós, o critério definido para apoiar as habitações permanentes foi suficiente para esgotar a nossa intervenção. Na priorização dos processos, naturalmente, priorizámos as situações que eram de habitação permanente e na grande maioria, para não dizer a maioria ou a totalidade, eram casos que precisavam objetivamente daquele apoio, sem o qual nunca reconstruiriam a sua situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Então, a dúvida que fica aqui é quem foi que definiu o critério, que chegou à Caritas Diocesana, de apenas as primeiras habitações serem apoiadas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Esse critério, primeiramente, não chegou por ninguém, foi definido por nós. Foi definido em sede própria — penso ter já dito isso —, porque quando aparece todo o protocolo com o REVITA já nós tínhamos definido esses critérios. Há muito que estavam definidos e publicados esses critérios das primeiras habitações. Aliás, não é propriamente o que está no protocolo do REVITA, mas seriam pessoas e famílias, vítimas diretas dos incêndios, com as suas habitações permanentes afetadas, quer fossem proprietários ou usufrutuários das mesmas.

Esse era o critério que nós definimos para o muito e pouco que havia para fazer da nossa parte.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — É que, de facto, na minuta do protocolo que temos aqui à nossa frente não conseguimos identificar essa discriminação de exclusão. Apenas define a prioridade, mas não define que exclui.

Já aqui, portanto, referiu a importância das segundas habitações. É isto que depois, também, não bate aqui certo, em termos da coerência do discurso. É que o Sr. Doutor diz que as segundas habitações são bastante relevantes para o território, para aquilo que é a dinâmica social, económica, enfim, já aqui o disse e disse-o claramente. E como é que a Caritas Diocesana, tendo esse conhecimento, entende que o critério são as primeiras habitações, deixando de fora as segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pedia-lhe para situar de onde retirou, exatamente, o protocolo, para ver se estamos a falar do mesmo documento ou se há duas versões.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Não, não há!

O Sr. **Presidente**: — Mas, Sr. Doutor, faça favor de responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado João Dias, eu espero conseguir responder à sua questão. Nós definimos que as pessoas que careciam de uma habitação permanente eram prioritárias. Dentro do volume de negócios — deixe passar a expressão —, que era o *budget* que tínhamos, esgotou-se naquelas que precisavam de uma habitação objetiva.

A partir daí, mesmo depois de nós esgotarmos, outras mesmas situações foram apoiadas por outras instituições, nomeadamente a Gulbenkian e a União das Misericórdias ou mesmo pelo próprio Fundo REVITA. Mas isso foi o que se esgotou no nosso âmbito, não se esgotou muito mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pode dizer qual é o artigo ou a cláusula onde está isso, para ver se estamos a falar do mesmo documento? Obrigado.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Eu acabei de ler aquilo que foi definido por nós. O artigo...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — É o 5.º!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, é do artigo 5.º que estamos a falar, certo?! A redação é a mesma.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Julgo que sim!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.
Faça favor de prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Tendo em consideração que aquilo que fica é a grande responsabilidade, ou seja, as ações a desenvolver pela Caritas centrava-se essencialmente na recuperação das habitações e no seu apetrechamento, a Caritas participou em alguma ação inspetiva?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Cónego, faça favor.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Não consegui perceber: a ação inspetiva?!...

O Sr. **João Dias** (PCP): — De avaliação no decurso da recuperação das reconstruções.

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Não consigo responder a essa questão, ou seja, toda a nossa intervenção foi feita na parte técnica de engenharia e arquitetura. Depois, penso que toda a reconstrução foi exercida e executada segundo as normas da boa construção e a entrega às pessoas obteve delas um bom aproveitamento.

É que eu não consegui perceber, Deputado João Dias, a sua questão. Provavelmente, a fase na qual ainda estamos — porque o nosso compromisso foi entregar às pessoas não umas casas, mas umas casas legalizadas — merece, agora, da parte das câmaras municipais e dos seus serviços, uma avaliação sobre todos os processos.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, posso esclarecer?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Naturalmente, não me refiro a questões de construção civil nem de arquitetura. Estou a referir-me ao seguinte: tendo em consideração, até, o clima de suspeição que se levantou, questionei se a Caritas teve essa preocupação, também ela, de inspecionar e de avaliar aquilo que era o decurso dessas recuperações.

O Sr. **Presidente**: — Para esclarecer.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado João Dias, o que lhe posso dizer e garantir é que toda a nossa intervenção se pautou, exatamente, não só por uma triagem devidamente feita e alcançada, com os meios de que dispúnhamos à nossa volta, mas para nos garantir que os apoios

que estavam a ser concedidos se destinavam a pessoas que diretamente podiam ser objeto dos mesmos.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Em algum momento a Caritas identificou alguma diferença de tratamento entre os municípios afetados?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Naturalmente, as pessoas são diferentes e, até pelo volume, a intervenção foi sempre diferente. Por exemplo, em Figueiró dos Vinhos a intervenção foi numa casa, pelo que foi uma intervenção muito mais fugaz do que as intervenções em Castanheira de Pera ou em Pedrogão Grande, mas, da nossa parte, sempre tivemos e obtivemos a maior cordialidade no trato.

Houve uma diferenciação e um desafio que fizemos a nós próprios e aos municípios para inverter o processo e assumimos fazê-lo. Inverter o processo era executar a reconstrução das casas e, de alguma forma, legalizar todo o processo a seguir à sua reconstrução. Obtivemos o assentimento por parte das câmaras, sabendo que não é esse o processo normal, assumindo, em sede própria, que estávamos numa emergência e que era de todo útil devolver às pessoas um espaço e uma ocasião para sua habitação. Da parte das câmaras, sempre tivemos, naturalmente, estruturas diferentes, pessoas diferentes, mas sempre obtivemos total assentimento e cooperação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, pode continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Questionava-o não a propósito do relacionamento e da forma como as autarquias trataram a Cáritas Diocesana, mas sim sobre o processo em si. Houve diferenças de tratamento no processo por parte das autarquias em si? Foi criada aqui a ideia de que situações similares nuns municípios tinham um tratamento e em outros tinham outro diferenciado.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado, o que posso dizer-lhe é que os tratamentos processuais, muitas vezes, em situações de dúvidas, eram cruzados para haver o mesmo tratamento. Por aquilo que também já disse, talvez por termos sido os primeiros a ir para o terreno e a executar, não nos apercebemos se havia tratamento diferenciado em situações similares. Não nos apercebemos, porque as nossas situações foram devidamente sinalizadas, no nosso entendimento, deviam ser triadas e não sobrava quaisquer dúvidas na aplicação dos fundos naquelas situações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Estas questões que estou a levantar são precisamente para desfazer a ideia de que há aqui situações dúbias e diferentes.

Outra questão que tem que ver com isso é a seguinte: alguma vez a Cáritas foi vítima de pressões de diferentes naturezas para poder ter posturas diferentes, em municípios diferentes, em situações diferentes?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Embora eu seja um menino, dificilmente essas pressões teriam lugar. Respondendo objetivamente à sua pergunta, não fomos. Peço desculpa pelo desabafo, mas não fomos, nem havia lugar para isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Para terminar, queria dizer-lhe que nós assistimos a uma situação, como disse, para a qual ninguém estava preparado. O drama foi tão grande num território tão pequenino, com estruturas públicas também com pouca capacidade de resposta, mas houve também alguma confusão momentânea, que era de esperar e que se prolongou no período imediato. Não nos esquecemos de que houve um mediatismo que resulta naquilo que estamos aqui a vivenciar, com reportagens televisivas que levantaram dúvidas que, depois, conduzem praticamente a uma comissão parlamentar de inquérito. Houve quem, com responsabilidades neste País, dissesse que, no Natal, teríamos de ter tudo isto concluído e as reconstruções feitas. Enfim, muitas situações que vivenciámos e nas quais houve alguma confusão, naturalmente, o que era de esperar tendo em consideração a dimensão.

Alguma vez identificou divergências entre as entidades, tendo em conta o envolvimento e a participação da Cáritas com as entidades representantes mais diversas, que já foram aqui elencadas pelo PSD, e podendo, em muitas delas, correr-se o risco de duplicidade nos apoios? Houve algumas divergências? De que natureza? Pode identificá-las em concreto?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Cónego.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr. Deputado João Dias, posso dizer-lhe que em muitos momentos e de muitas formas teve de haver o inverso disso: cooperação e muitas reuniões, às vezes à mesa do almoço. Às vezes, visitámos em conjunto, com a União das Misericórdias, e triámos alguns casos. Muitas vezes, a União das Misericórdias e a Gulbenkian faziam-me o questionamento e nós devolvíamos o questionamento sobre como é que eles estavam a tratar um conjunto de casos, porque, muitas vezes, foi navegar à vista. A dificuldade de quem está no terreno e busca respostas para perguntas que se têm é que não há propriamente nem sequer sítio para buscar essas respostas.

Posso testemunhar, vale o que vale, que houve muita cooperação, nomeadamente com as entidades com as quais a Cáritas trabalhou mais proximamente, porque intervieram praticamente no mesmo *timing*. Foi com a União das Misericórdias e, principalmente, com os representantes da Gulbenkian que essa cooperação sempre deu os devidos frutos, porque nenhum de nós teria por si ou encontraria nas câmaras municipais ou na CCDR as respostas cabais para os nossos questionamentos, para cada caso concreto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através da Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Presidente da Cáritas Diocesana de Coimbra e, obviamente, em nome do nosso grupo parlamentar, deixar uma palavra de reconhecimento e de apreço pelo trabalho desenvolvido pela Cáritas em geral, incluindo também a de Coimbra.

Não sei se o Sr. Presidente tem noção da importância que tiveram os dois exemplos que deu no final das respostas às perguntas do PSD. Com a

exemplificação desses dois casos — o de um família com uma mãe e um filho e o de uma família com três pessoas, o pai, a mãe e uma jovem, tanto quanto percebi —, com o enquadramento da realidade e com a capacidade que tiveram de o perceber e de lhe dar uma resposta, prova-se aqui algo fundamental e de que muito tem vindo a falar-se. Refiro-me ao quanto a desinformação permite levar a conclusões de existência virtual de eventuais corrupções.

No primeiro caso e mesmo no segundo, quando dá o exemplo, no fundo aquilo que diz é o seguinte: «procurámos soluções alternativas». Ou seja, é feita a construção de uma casa não exatamente onde ardeu, mas ao lado, porque havia estas razões e justificações e, dentro das razões, está a dignidade humana. Foi para isso que os portugueses contribuíram. No segundo caso, num território — registei-o — com um acesso de terra batida, sem água e sem luz, razão tinha aquela família de três pessoas em dizer: «Reconstruir aqui? Porquê? É um erro! Continuaremos sujeitos a perigos e sem dignidade». Portanto, o que fazem? Adquirem, num outro local, uma habitação.

Não sei se ouviu as audições que já aqui tiveram lugar.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Não ouvi.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Não ouviu, mas se tivesse ouvido algumas audições que aqui ocorreram, particularmente a primeira, e se os dois casos que aqui exemplificou tivessem ocorrido no âmbito do Fundo REVITA e não da Cáritas, estariam numa lista de «casas da vergonha». Não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma! No entanto, estas não são «casas da vergonha», são uma resposta acertada e de dignidade.

Além de dizer isto, queria fazer outra referência. Os senhores foram aqui chamados à semelhança de outras duas entidades que assinaram o

protocolo conjunto: a Fundação Calouste Gulbenkian e a União das Misericórdias. São protocolos semelhantes, diferente do que ouvimos ontem com a Cruz Vermelha. Foram aqui chamados, a requerimento do PSD, foi aprovado pela Comissão, porque ninguém quis inviabilizar a audição de ninguém. Procurei enquadrar a Cáritas no objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito potestativamente criada pelo PSD, ou seja, obrigatoriamente criada pelo PSD, que pretende escrutinar e avaliar a atuação do Governo anterior relativamente ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios de junho de 2017, no Pinhal Interior. É este o objeto.

Eu pergunto-me onde é que encaixa — estamos a falar da apreciação do Governo, de dinheiros públicos — esta entidade privada, de gestão privada dos fundos, nesta realidade. Na avaliação que fiz, até porque já valeu a pena vir aqui pelos dois exemplos, a única coisa que entendo valer a pena para esclarecimento é a relação desta entidade com o Fundo REVITA, porque é aqui que está, digamos assim, a intervenção pública naquilo que vos diz respeito, uma vez que estabeleceram um protocolo. Antes de partir para as perguntas, quero dizer que a Cáritas não está a ser escrutinada — queremos que fique claríssimo —, assim como não estão a ser escrutinados os municípios. Não temos poderes para o fazer, existem outras sedes onde o escrutínio político é feito e não é na Assembleia da República.

Como referi, quem assinou, como a Cáritas, o protocolo com o Fundo REVITA foram entidades privadas com gestão privada. Já aqui referiu — e bem — que assumiram como princípios orientadores da vossa ação as linhas-mestras do Fundo REVITA. Isso é possível, de facto, pois estava consagrado no Decreto-Lei n.º 81-A/2017, que cria o REVITA. Portanto, essa legitimidade é absoluta e é compreensível, para que essas entidades, apesar da gestão ter sido privada, procurassem coordenar, como já referiu, a sua atividade.

Surge aqui a primeira pergunta: por que fizeram o protocolo com o Instituto da Segurança Social, mas ao abrigo das regras do REVITA? Como foi feita essa articulação com o Fundo REVITA? Essa articulação inviabilizou apoios duplicados? Essa articulação atingiu objetivos que a própria Cáritas tinha, para além deste dos apoios duplicados? Se sim, quais é que foram efetivamente alcançados?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Cónego, faça o favor de responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, não é comum o seu nome, pelo menos para mim, por isso peço desculpa se me enganar.

Não sei se consigo chegar à profundidade da sua pergunta, mas o que posso dizer-lhe é que quando a Cáritas é chamada a Lisboa para formularem este protocolo com o Fundo REVITA, já a Cáritas participava anteriormente, exatamente com a Direção-Geral da Segurança Social, na elaboração desse protocolo. Ou seja, há um pré-momento que é elaborar este protocolo, as suas regras, no qual a Cáritas teve uma participação direta — posso dizer-lhe na minha própria pessoa, juntamente com o Dr. Rui Fiolhais — para definir efetivamente que critérios, que não eram nada de extraordinário, vieram a estar consagrados na lei. Não eram nada de extraordinário, porque, efetivamente, os dramas que estavam à nossa frente não poderiam senão priorizar as prioridades que foram definidas. Não havia outra forma!

A nossa participação foi, efetivamente, de colaboração e percebemos que obtivemos sempre da Direção-Geral da Segurança Social o perfeito assentimento sobre o que estava a ser feito, porque havia já trabalho no terreno.

Depois, há um segundo momento, que foi reconhecer que havia, no fundo, dois fundos que iam ser geridos autonomamente e que essa gestão que

ia acontecer — concretizando, o fundo da rede Cáritas e o fundo da União das Misericórdias, juntamente com a Fundação Calouste Gulbenkian — de forma alguma fosse confluir ou fosse chocar seja com critérios de atuação, seja com duplicação de apoios para a mesma situação ou com o facto de as instituições, fossem elas quais fossem, tentarem subscrever ou apoiar a mesma situação. Isso foi sempre alcançado, principalmente com o papel das CCDR.

A certa altura, em termos de *timing* não consigo precisar, estávamos já no mês de agosto, a CCDR teve um papel ímpar e determinante para fazer um apanhado dos casos e perceber se o caso A não estava a ser apoiado por mais nenhuma instituição por forma a que os apoios não fossem duplicados.

A minha experiência é que essa coordenação e essa cooperação entre o Fundo REVITA, na instituição da Segurança Social, e, depois, nas outras instituições, resultou muito bem, e penso que já aqui foi dito que houve um caso que estávamos para apoiar e ainda assumimos o compromisso e o papel da CCDR foi determinante quando um engenheiro, que não posso precisar qual foi, me ligou a dizer: «Padre Luís, temos aqui um problema. Há aqui a situação de um cidadão A que nos papéis do REVITA declarou ter seguro e declarou que já o recebeu». E eu disse: «Não me diga, porque eu assinei ontem com esse senhor um protocolo para fazer em nome dele a casa dele.» Este é um exemplo da cooperação. Não temos muito mais exemplos. Nós tivemos os casos mais simples, tivemos a oportunidade de os tornar simples, mas esse era um dos exemplos que poderia ser complexo, porque a informação que nos tinha sido veiculada levava a que aquela pessoa fosse elegível, por falsas declarações do próprio, porque nos omitiu objetivamente a situação, mas a cooperação permitiu-nos, numa segunda fase, dizer: «Parou. Essa situação não é elegível para nós dentro das prioridades que estão definidas.».

Este foi um exemplo dessa cooperação; de resto, toda a cooperação mais física, mais verbal, mais institucional ou não, acabou por, no nosso caso, ser extremamente proveitosa e útil na nossa intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Posso concluir que o trabalho em rede funcionou?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Absolutamente! Nem nós conseguíamos... As minhas primeiras palavras foram para dizer que nem nós não nos exporíamos, alguma vez, a qualquer intervenção que não fosse triada pelas entidades competentes. Não temos essa competência para... O nosso excesso de voluntarismo não chega a tanto! Tudo teria de passar por entidades competentes e o exemplo disso tem a ver com a nossa intervenção nos incêndios de outubro. A nossa intervenção mudou significativamente, mas obrigou-se a vincular a responsabilidade, por exemplo, das autarquias sem a qual a nossa intervenção não existia. Todos os apoios, nomeadamente os tratores entregues, foram sempre através das autarquias e eram as autarquias que entregavam... Nós, até por causa de todos os dramas que aconteceram, principalmente a partir de setembro, queríamos ter a garantia de que os casos identificados, triados e aprovados tinham objetivamente razão de ser, daí que, porque quem melhor conhece a realidade são as autarquias, as juntas de freguesia, precisávamos da vinculação dos seus responsáveis para termos a garantia de que aqueles apoios eram corretos.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — A Cáritas apoiou quantas casas, parcial ou totalmente?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — A Cáritas fez apoio a 40 habitações – 21 consideradas com danos totais e 19 com danos parciais ou com baixa relevância construtiva.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Tenho mesmo de esclarecer esta questão e, se não tiver tempo nesta volta, concluirei a questão na segunda ronda.

O senhor fez referência, mais do que uma vez, ao facto de que se adiantaram no trabalho e quando o Fundo REVITA surgiu já vocês estavam a lançar o concurso, o que é um pouco diferente daquilo que eu encontro nas atas da Comissão Técnica do REVITA, até porque eu registei que fala, por exemplo, em entidades – CCDR, municípios – e quando o faz está a falar da Comissão Técnica do REVITA, que é composta por essas entidades, portanto a relação que tinha era com a Comissão Técnica através das diferentes entidades, e é bom esclarecer isto, porque, depois, parece que há entidades a funcionar extra Comissão Técnica.

Portanto, essas entidades estavam representadas na Comissão Técnica e era com a Comissão Técnica que falava através delas.

Mas quando diz que intervencionaram 40 habitações, tenho de lhe perguntar o seguinte: quantas habitações destas é que foram sugeridas, indicadas, à Caritas pela Comissão Técnica do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sr.^a Deputada, à Cáritas, em concreto, nenhuma foi indicada pelo Fundo REVITA, porque quando o Fundo REVITA foi constituído já todas as situações da Cáritas estavam constituídas e os compromissos que assumimos com as pessoas no final do mês de julho estavam já assegurados.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Agora, vou entrar naquela parte em que, se resvalar um bocadinho no tempo, de que disponho já não vou à segunda ronda, ou, então, deixo para a segunda ronda. Como é que prefere?

O Sr. **Presidente**: — Nós costumamos resvalar um bocadinho.
Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente,
Então, temos mesmo de esclarecer isto: na ata n.º 2 da Comissão Técnica do REVITA, de 25 de julho de 2017, ou seja, um pouco mais de um mês depois dos incêndios, relativamente à Cáritas, por exemplo no município de Figueiró dos Vinhos, pág. 3, onde estão a indicar o que é que a Comissão Técnica sugeriu às entidades que fizessem, é referido o seguinte: «Duas edificações a cargo da Cáritas Diocesana, ainda sujeitas a confirmação no valor de 221 000 €». Depois no município de Pedrógão Grande refere-se: «21 edificações a cargo da Cáritas diocesana ainda sujeitas a confirmação...»
Ou seja, nestes casos a Cáritas ainda não tinha confirmado se as fazia ou não. Depois, relativamente a Castanheira de Pera, e dou este exemplo como

último, diz-se o seguinte: «12 edificações a cargo da Cáritas Diocesana já confirmadas, num valor previsível de 339 000 €» – isto consta da ata da Comissão Técnica do Fundo REVITA da data que referi.

Portanto, essas edificações foram indicadas em julho de 2017, não em setembro, mas, sim, em julho, porque esta ata é de julho, à Cáritas Diocesana e, depois, a Cáritas – e esta parte interessa para o nosso inquérito – não foi, como não o foram as outras entidades, acrítica, ou seja, já aqui disse que ia fazer a verificação.

E eu concluiria, perguntando-lhe se conhece este panfleto? Este desdobrável da Ação Cáritas de Coimbra é vosso?

Neste momento, a Deputada exhibe um panfleto.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Sim, é nosso!

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Este panfleto diz o seguinte: «Na fase de construção, a Cáritas recebeu um conjunto de situações de pessoas e de famílias afetadas nas suas habitações permanentes, visitou todas as habitações confiadas para analisar o impacto orçamental da reconstrução (...).»

Diz ainda num outro parágrafo: «No âmbito da reconstrução em agosto a Cáritas de Coimbra visitou as habitações afetadas acompanhada de técnicos de arquitetura e de construção civil para recolher elementos técnicos para elaboração dos projetos e (...)».

Portanto, como ficou aqui patente, o Fundo REVITA entregava as casas para construir a entidades, para além das 299 que recuperou, e quando se diz que as entidades eram absolutamente acríticas e faziam o que lhes mandavam está aqui provado, quer pela ata quer por um documento vosso, que, certamente, foi tornado público, que, por exemplo, a Cáritas ia verificar

– aliás, estão aqui as fotografias do antes e do depois – as casas que lhes eram atribuídas para verificar se elas tinham os requisitos para serem reconstruídas.

Gostaria de entregar este documento a esta Comissão de Inquérito e, como é evidente, não preciso de o fazer relativamente à ata n.º 2 do Fundo REVITA, porque já consta do nosso espólio, mas gostaria de deixar este documento.

Estou certa do que estou a dizer?

O Sr. **Presidente**: — Esse documento será depois distribuído a todos os grupos parlamentares.

Para responder, tem a palavra.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Naturalmente que está certa no que está a dizer; a única coisa que, na minha comunicação, talvez possa criar alguma imprecisão é que tudo isso que está na ata n.º 2 do Fundo REVITA, de 25 de julho, para nós, na nossa análise, é muito anterior.

Como é que eu posso explicar-lhe? Os casos não nos chegaram pelo Fundo REVITA, o REVITA recebe a informação de que há um conjunto de casos que estão a ser avaliados pelas Cáritas, alguns deles já assumidos, como esta aí referido na ata, e outros em avaliação, nessa altura, mas a indicação não nos veio diretamente do Fundo REVITA, porque, efetivamente, já havíamos recebido um conjunto de processos anteriormente que mereceram...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Só coordenaram depois.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Só coordenámos depois, naturalmente.

É que nós tínhamos o processo um pouco mais adiantado em relação a outras entidades e era importante, daí a cooperação, que a nossa informação chegasse ao Fundo REVITA para que naquelas situações que já nos estavam confiadas, ou que estavam em avaliação e às quais teríamos de dar uma resposta, não houvesse duplicação de apoios.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda passamos à segunda ronda que, conforme referi, é de intervenções cinco minutos feitas pelos vários grupos parlamentares, que se queiram inscrever, e de resposta conjunta no final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de ir às questões em concreto, já que aqui foram feitas várias menções ao objeto desta Comissão de Inquérito – aliás, eu próprio tive para o referir antes de isso ter sido feito pelos outros grupos parlamentares –, queria esclarecer um conjunto de situações que penso que não foram referidas com exatidão.

Primeiro, no que concerne ao objeto da presente Comissão tem sido feito um esforço, não sei se intencional ou não, de atribuir intenções ao Grupo Parlamentar do PSD neste requerimento potestativo e no objeto desta Comissão, que é claro e que não resvala para outras questões – e eu já irei a essa questão em concreto –, e também de atribuir outras motivações às questões formuladas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No que concerne, e vou ser mais preciso, a questões de melhorias da habitabilidade, da segurança, no fundo, da higiene, o PSD nada tem contra a que elas tenham sido feitas; agora, questionar se foram feitas corretamente é esse o nosso papel e é para isso que cá estamos, conforme está no objeto

desta Comissão, ou seja, para o apuramento de responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios.

É lógico que quando falamos de responsabilidades políticas trata-se da administração central e não se trata, como aqui foi dito, de entidades privadas ou de outro tipo de entidades que não estão na tutela direta da administração central.

Não quero com isto dizer que, tendo requerido a sua audição, não caia dentro do objeto da Comissão aferir se todas as entidades que intervieram neste processo foram devidamente coordenadas pela administração central, ou seja, por quem tinha o papel e a missão de assegurar devidamente essa coordenação.

Também se tem ouvido dizer nesta Comissão, isso foi várias vezes referido, que o PSD teria aqui criado uma mancha sobre as populações. Ora, o PSD tem a maior consideração por todos os portugueses e, principalmente, por estas populações dado terem sofrido a catástrofe que sofreram.

Longe do PSD, alguma vez, querer criar aqui algum clima de suspeição sobre estas populações. O PSD pretende, sim, aferir se foi tudo feito corretamente e assumindo o Estado o seu papel, conforme está descrito nas recomendações internacionais – e não estamos a inventar nada –, e também tirar lições para o futuro e fazê-lo é a melhor homenagem que podemos fazer às vítimas, ou seja, assegurar que caso venha a ocorrer, infelizmente, outra tragédia tirarmos as lições corretas e que podemos atuar da melhor forma.

Relativamente, e frisando que, no fundo, não estamos aqui a avaliar o papel da Cáritas mas, sim, o papel de coordenação do Estado, quero colocar uma questão que tem a ver com o seguinte: o Fundo REVITA foi criado a 7 de junho, foram nomeados os corpos a 7 de julho e dia 15 até já tinham aprovado os regulamentos. Ora, percebi há pouco das suas palavras que o Estado e o Fundo REVITA têm uma ação já posterior. A minha questão é se

considera que o Estado devia ter tido uma ação mais atempada, mais célere no terreno, assim como foi a ação da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Ontem, foi aqui ouvida uma delegação da Cruz Vermelha, que deixou a crítica do que faltou Estado nestes territórios. Segundo essa delegação, havia os municípios e um conjunto de entidades que acorreram a estas populações, mas faltou Estado. Também tem esta perceção?

Para terminar, no relatório do Tribunal de Contas, no âmbito da auditoria ao Fundo REVITA, também se refere que boa parte dos respondentes considera que devia ter existido uma maior cooperação entre estas entidades. Cabendo esta responsabilidade de coordenação ao Estado, ao Governo, pergunto se também considera que a administração central devia ter tido outro papel na coordenação destas entidades, se o seu papel devia ter sido mais ativo e mais profícuo neste sentido.

Finalmente — e isto não tem a ver com a questão de inverter prioridades mas, sim, com a questão essencial que referiu aqui —, gostaria de saber se considera que, neste momento, o Estado deveria apoiar aquilo que referiu, que, no fundo, são manchas no meio das localidades, as segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Luís Miguel Baptista Costa, temos aqui um quase milagre, que é a não inscrição de mais grupos parlamentares para intervir, o que é um ótimo sinal do ponto de vista da clareza da sua intervenção.

Assim sendo, tem a palavra, para responder.

O Sr. Cónego **Luís Miguel Baptista Costa**: — Agradeço as questões e espero que a minha intervenção tenha ajudado.

Colocaram-me algumas questões, sendo que uma delas tem a ver com a coordenação existente da parte do Estado e com a leitura que faço disso.

O que senti — e para nós que estamos mais no terreno — foi, de alguma forma, o Estado presente através das suas estruturas, principalmente da CCDR. Devo testemunhar que a atual Ministra, a Dr.^a Ana Abrunhosa, teve um papel ímpar — e nós não temos aqui qualquer valor a realçar —, principalmente nos incêndios ocorridos em outubro, e com ela toda a estrutura da CCDR. Posso testemunhar aqui, porque somos de Coimbra, que a estrutura da CCDR trabalhou incansavelmente para garantir uma coordenação condigna, perante um problema macro, um problema complexo e com muitas vertentes. Este é o meu testemunho aqui, vale o que vale, mas foi a presença que sentimos.

A nível do Estado, que poderia considerar Estado central — julgo que foi a sua última questão —, perdoe-me se vou ser suficientemente indelicado ao dizer que todos os apoios aplicados em Pedrógão, por parte seja da Cáritas, seja da Fundação Calouste Gulbenkian, seja da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), seja do Fundo REVITA, do que me é dado conhecer, são fruto da doação dos portugueses, como cidadãos e como contribuintes, e não fruto do próprio Estado.

Quanto a uma outra questão sobre se o Estado teve um papel tardio, penso que teve o papel que foi possível ter, porque, numa primeira fase, funcionou aquilo que era possível funcionar, que foram as autarquias, e, numa segunda fase, surgiu a coordenação e daí a criação do Fundo REVITA, para congregar um conjunto de donativos que estavam absolutamente dispersos, sendo que, no meu entender, a falta de intervenção aí seria gravosa.

Podemos sempre discutir se podia ter sido melhor, podia, se podia ter sido mais consequente, podia. Mas, na altura, por parte das pessoas que estiveram envolvidas, nos locais onde tive a oportunidade de poder participar, houve pelo menos a manifesta vontade de procurar fazer bem as coisas e de corresponder. E não podemos esquecer que, se houve alguma

ação escrutinada desde a primeira hora, foi esta. Em setembro, as entidades no terreno estavam confrontadas com um conjunto de insinuações que não correspondiam rigorosamente nada àquilo que estava a ser feito. As pessoas trabalhavam ali todos os dias e todos os dias eram questionadas sobre aquilo que estavam a fazer. Isto levou-nos à descoberta de algo muito simples: não basta fazer o bem, é preciso fazer o bem muito bem — é indiscutível.

Havia também um conjunto de interesses instalados, mais não fosse para que os portugueses soubessem de tudo. Ora, não acho que esses sejam interesses maus, mas era preciso conhecer.

Quanto ao *timing* da criação do Fundo REVITA, penso que foi o *timing* possível. Não me atrevo a dizer, como cidadão e conhecedor da intervenção, que, na primeira hora, no dia 17 ou no dia 24, quando terminaram os incêndios, fosse necessária uma intervenção do Fundo REVITA.

Mas, perante o cenário de haver praticamente 12 milhões de euros em donativos — e volto a dizer que, na minha perspetiva, como cidadão, trata-se de donativos, fruto da doação de todos os portugueses, em Portugal e no estrangeiro, e não de dinheiro público —, a criação do Fundo REVITA foi oportuna e absolutamente necessária. É que se me tivessem perguntado, como responsável da Cáritas, se podia absorver mais donativos, a minha resposta teria de ser «não». Não temos logística e, porventura, nem temos enquadramento para receber mais verbas para aplicar.

O trabalho no terreno foi extremamente duro e todo o ruído que se criou foi extremamente gravoso. E o exemplo mais feliz ou infeliz que posso deixar aos Srs. Deputados é o exemplo dos incêndios de outubro. Quando nos incêndios de junho, provavelmente não conseguimos identificar todas as entidades que estiveram no terreno, já nos incêndios de outubro, além da estrutura Estado junto das autarquias e das juntas de freguesia, a única estrutura que esteve no terreno, pelo menos na região de Coimbra, foi a

Cáritas Diocesana de Coimbra. E fizemo-lo, posso admiti-lo, com muito constrangimento. É que foi avaliado, em sede de reunião da direção, se deveríamos intervir ou não. Mas, pela missão que tentamos subscrever e pelas necessidades que aquelas populações continuavam a ter, era necessário estar no terreno. Contudo, mais nenhuma outra instituição esteve no terreno, porque não é fácil fazer esse trabalho de coordenação e a aplicação dos donativos que nos foram confiados. É preciso haver um rigor e uma exigência macro, muitas vezes, incompreendida por parte dos doadores e da sociedade. Embora reconheça, e somos conseqüentes com isso, que aquele que dá 1 cêntimo, 1000 € ou 100 000 € precisa e merece saber qual foi o destino da doação que fez.

O Sr. **Presidente**: — «Não basta fazer o bem, é preciso fazer o bem muito bem» — todos os dias aprendo alguma coisa e hoje já levo essa sua frase para reflexão.

Sr. Cónego Luís Miguel Baptista Costa — Padre Luís, se bem entendi —, muito obrigado pelo seu depoimento, pela forma muito sincera, muito autêntica e também muito conhecedora dos factos que ocorreram, nomeadamente os ligados à Cáritas Diocesana de Coimbra. Agradeço a sua presença e o seu depoimento no Parlamento. Espero que possamos cá tê-lo outras vezes por motivos mais felizes do que este. E peço-lhe que, em meu nome e em nome da Comissão, enderece à Cáritas o nosso agradecimento e o nosso apreço pela forma extraordinária e exemplar como estiveram no terreno, e em outubro quando ainda era mais difícil.

Oxalá possamos todos retirar bons ensinamentos do acontecido. Oxalá não volte a acontecer. Mas, se acontecer, oxalá possamos estar todos mais preparados.

Srs. Deputados, por hoje, é tudo. A próxima audição terá lugar no dia 22.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 14 minutos.